



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CONTRATO CJF N. 0 /20

que entre si celebram o **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL** e a (inserir nome da CONTRATADA), para a prestação de serviços integrados de *Facilities*, abrangendo a gestão de mão de obra, o fornecimento de materiais e a execução de serviços de apoio essenciais ao funcionamento do Conselho da Justiça Federal.

O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF, instituído pelo inciso II do parágrafo único do art. 105 da Constituição Federal, Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, inscrito no CNPJ/MF n. 00.508.903/0001-88, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília - DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu (Verificar portarias de Delegação e Subdelegação de Competências do CJF), o senhor (**nome do signatário**), matrícula **XX**, residente em Brasília - DF, e a

(**NOME DA EMPRESA**), (**pessoa jurídica de direito privado**), inscrita no CNPJ/MF n. 00.000.000/0000-00, estabelecida na (**endereço**), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu/sua (**cargo/função**), o/a senhor/a (**nome SIGNATÁRIO**), celebram o presente contrato, com fundamento na **Lei n. 14.133/2021** e em conformidade com as informações constantes do Processo SEI n. 0003760-83.2023.4.90.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto deste contrato consiste na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e apoio administrativo, com alocação de postos de trabalho de dedicação exclusiva de mão de obra, nas seguintes funções: servente, operador de balancim, copeiro, garçom, operador de máquina de reprografia, mensageiro, técnico em secretariado e encarregado, incluindo o fornecimento de todos os insumos de mão de obra, tais como uniformes, equipamentos de proteção individual e equipamentos necessários à execução dos serviços, destinados aos imóveis ocupados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF).

1.2 Incluem-se, ainda, no escopo contratual, conforme detalhado no Termo de Referência, o fornecimento de materiais de limpeza e higienização, de copa e cozinha; a prestação de serviços especializados de combate a vetores e pragas (dedetização) e de lavanderia; bem como o fornecimento de gás.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Quantitativos

2.1 Os quantitativos dos postos de trabalho; do fornecimento de materiais de limpeza e higienização, copa e cozinha, gás; dos serviços especializados de combate a vetores e pragas (dedetização) e de lavanderia; e do fornecimento de equipamentos e insumos necessários para prestação dos serviços de limpeza encontram-se nos Anexos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, e X do Estudo Técnico Preliminar (id. 0867780).

2.2 A relação de itens referente aos materiais de limpeza e higienização, copa e cozinha é exemplificativa, ou seja, o CONTRATANTE poderá solicitar, quando necessário e excepcionalmente, o fornecimento de itens não previstos na lista, desde que esses itens estejam relacionados à limpeza, higienização, copa e cozinha.

2.2.1 Nesses casos, tais materiais poderão ser fornecidos pela CONTRATADA, observando sempre como limite o saldo contratual dos materiais relacionados.

Dinâmica de execução

2.3 O prazo para início da execução do objeto ocorrerá a partir do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, que deverá ser feito de forma expressa.

2.4 Os serviços objeto do presente Contrato serão prestados no Conselho da Justiça Federal situado no SCES Trecho 3, Polo 08, Lote 09, Brasília e na Seção de Serviços Gráficos localizada no SAAN, Quadra 01, Lotes 10/70, Brasília-DF.

2.5 O modelo de execução do objeto, incluídas a dinâmica operacional relativas aos postos de trabalho, insumos, materiais, equipamentos e serviços necessários à plena execução contratual, está disciplinado nos itens 7.1 a 7.9 e respectivos subitens do Termo de Referência.

Critérios de medição

2.6 Os critérios de medição para fins de pagamento estão descritos no item 9.1 do Termo de Referência.

2.6.1 Para a medição de pagamento dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra será considerado como métrica a disponibilização da mão de obra e o resultado do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), contido no Anexo III do Termo de Referência.

Requisitos da contratação

2.7 Os requisitos da contratação estão descritos no item 4 e respectivos subitens do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO

3.1 O recebimento e a aceitação obedecerão ao disposto no **art. 140 da Lei n. 14.133/2021**.

3.1.1 As condições de recebimento e aceitação do objeto para os serviços de mão de obra em regime de dedicação exclusiva estão descritas no item 9.3 e respectivos subitens do Termo de Referência.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

3.1.2 As condições de recebimento e aceitação do objeto para equipamentos e materiais de limpeza e higienização, de copa e cozinha, fornecimento de gás, serviços de lavanderia e de combate a vetores e pragas estão descritas no item 9.4 e respectivos subitens do Termo de Referência.

3.2 Caso o CONTRATANTE constatare que os **serviços foram prestados ou o objeto foi fornecido** em desacordo com o contrato, com defeito, fora de especificação ou incompleto, a CONTRATADA será formalmente notificada, sendo interrompidos os prazos de recebimento, e os pagamentos suspensos, até que a situação seja sanada.

3.3 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do **serviço ou do objeto fornecido**, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

4.1 O CONTRATANTE designará, na forma da **Lei n. 14.133/2021, art. 117**, servidor ou equipe de servidores com autoridade para exercer, como seu representante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual. A Gestão e Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- a) Zelar para que o objeto do contrato seja fielmente executado conforme o pactuado entre as partes.
- b) determinar à CONTRATADA a regularização de falhas ou de defeitos observados, assinalando o prazo para correção.
- c) Encaminhar à Administração o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas ou outras penalidades a serem aplicadas à CONTRATADA.
- d) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- e) Encaminhar à autoridade superior para as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência.
- f) decidir sobre solicitações da CONTRATADA, nos limites de suas atribuições.
- g) relatar a inobservância de cláusulas contratuais ou ocorrências relevantes que possam trazer dificuldades, atrasos, defeitos e prejuízos à execução da avença, em especial os que ensejarem a aplicação de penalidades.

4.2 O CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do objeto sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os **serviços** contratados, diretamente ou por preposto designado.

4.3 O CONTRATANTE poderá contratar terceiros para assistir e subsidiar o(s) fiscal(is) com informações pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização contratual.

4.4 É direito da Fiscalização rejeitar, justificadamente, quaisquer serviços quando entender que a sua execução está irregular.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

4.5 A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

4.6 A execução dos serviços será também gerenciada pela CONTRATADA, por meio de preposto, que deverá manter canais de comunicação para atender ao CONTRATANTE durante todo o horário de expediente e que fará o acompanhamento diário dos prazos e da qualidade dos serviços com vistas a efetuar ajustes e correções de rumo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Além das demais obrigações assumidas neste contrato, a CONTRATADA compromete-se a:

a) atender às **requisições de fornecimento e às ordens de serviço** do CONTRATANTE nos prazos e condições fixados;

b) responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE em virtude do descumprimento das condições fixadas;

c) não transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a execução do objeto, **ressalvada a permissão de subcontratação dos serviços de combate a vetores e pragas, lavanderia e fornecimento de gás;**

c.1) os requisitos e condições aplicáveis à subcontratação encontram-se previstos no item 7.10 e respectivos subitens do Termo de Referência.

d) responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

e) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;

f) comunicar, formalmente, ao gestor do contrato, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;

g) indicar formalmente, preposto visando estabelecer contatos com o gestor do contrato, no prazo de **5 (cinco) dias após a assinatura do contrato;**

h) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na **licitação**, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

i) dar ciência aos seus empregados acerca da obediência ao Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, nos termos da Resolução n. 147 de 15 de abril de 2011 (<http://www.cjf.jus.br/cjf/conheca-o-cjf/codigo-de-conduta>);



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- j) cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- k) apresentar remessa mensal dos dados de seus empregados e empregadas que prestarão serviços ao CONTRATANTE;
- l) cumprir as demais obrigações previstas no termo de referência, inclusive em seu item 7.11, e nos demais anexos deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras estabelecidas ou decorrentes deste contrato:

- a) permitir à CONTRATADA o acesso de pessoal autorizado, aos locais para execução do objeto, se cabível, fornecendo-lhes as condições e as informações necessárias;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;
- c) exigir da CONTRATADA, sempre que necessária a apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições que ensejaram sua contratação;
- d) designar servidor para atuar como gestor do contrato, visando ao acompanhamento e à fiscalização do contrato;
- e) atestar as notas fiscais, liquidar despesas e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;
- f) comunicar formalmente à CONTRATADA, qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato.
- g) efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos.
- h) cumprir as demais obrigações previstas no termo de referência, inclusive em seu item 7.12, e nos demais anexos deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência da contratação é de:



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

a) **até 30 (trinta) dias**, contados da assinatura do contrato, para a transição entre o contrato antigo e o novo. Esse período será destinado à realização das etapas de transição da antiga para a nova CONTRATADA, apresentação dos profissionais alocados e aceitação da etapa de transição do serviço. Essa etapa se encerrará com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Transição - TRDT, sendo que a contratada não fará jus a nenhum faturamento nesse período.

a.1) A prorrogação do período de transição entre o contrato atual e o novo dar-se-á a critério exclusivo da Administração, em razão da complexidade técnica e do elevado volume de ajustes envolvidos na contratação.

b) **5 (cinco) anos**, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Transição – TRDT, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

b.1) A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

7.2 O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato sem ônus, caso não haja disponibilidade de créditos orçamentários para sua continuidade ou caso o ajuste deixe de ser vantajoso. A referida rescisão somente poderá ocorrer na data de aniversário do contrato, garantido o prazo mínimo de dois meses para ciência da CONTRATADA, nos termos do artigo 106, inciso III, e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado, por ordem bancária, mediante a apresentação de Nota Fiscal eletrônica, correspondente a prestação de serviço executada e/ou o fornecimento dos equipamentos, materiais, produtos, insumos.

8.2 A avaliação dos serviços prestados referente à dedicação exclusiva de mão de obra utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo III do Termo de Referência**, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

8.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

a) não produziu os resultados acordados,

b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

8.4 Os faturamentos referentes aos materiais de limpeza, copa e cozinha, ao fornecimento de gás e à prestação de serviços de lavanderia e de combate a vetores e pragas serão de acordo com demanda solicitada pelo CONTRATANTE.

8.5 As Notas Fiscais deverão ser emitidas com número do CNPJ qualificado no preâmbulo e encaminhadas ao gestor do contrato através do portal do SIGEO, no âmbito do CJF. Bem como, encaminhar uma cópia das notas fiscais para o e-mail: sei-sesege@cjf.jus.br.

8.5.1 No corpo da Nota Fiscal deverá ser especificado o objeto contratado, o período faturado no formato dia/mês/ano e os quantitativos dos itens, se for o caso.

8.5.2 A Nota Fiscal deverá, obrigatoriamente, ser inserida no sistema SIGEO e comunicado ao gestor do contrato, conforme previsto nas obrigações da contratada.

8.5.3 Os prazos de emissão e a validade dessas notas fiscais devem estar de acordo com o que dispõe a Portaria CJF n. 480, de 21 de agosto de 2024.

8.6 O atesto do gestor do contrato ocorrerá em até **3 (três) dias úteis**, contados da emissão do termo de recebimento definitivo ou do recebimento da nota fiscal, considerando o expediente apresentado por último, que será encaminhada à área financeira para:

a) liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal, no prazo de:

a.1) 5 (cinco) dias úteis nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;

a.2) 10 (dez) dias úteis nos demais casos.

b) pagamento, a contar da liquidação da despesa, no prazo de:

b.1) 5 (cinco) dias úteis, nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;

b.2) 10 (dez) dias úteis nos demais casos.

8.6.1 O prazo para liquidação de despesa poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6.1.1 O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado.

8.7 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

8.8 O CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação de todos os documentos necessários para comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

8.9 Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

8.9.1 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a Nota Fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.

8.9.2 Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração posterior à situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do Ajuste.

8.10 Poderá o CONTRATANTE, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente. Neste caso, a CONTRATADA será informada das razões que motivaram a recusa dos valores.

8.10.1 A CONTRATADA poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

8.10.2 Caso a CONTRATADA não apresente a impugnação, ou caso o CONTRATANTE não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva Nota Fiscal.

8.11 Para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pela CONTRATADA, a Administração poderá condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato, nos termos do inciso II do §3º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

8.12 Para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pela CONTRATADA, a Administração poderá, em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas dos colaboradores vinculados ao contrato, que serão deduzidas do pagamento devido à contratada, nos termos do inciso IV do §3º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

8.13 O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo CONTRATANTE.

8.13.1 A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

8.14 O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

8.15 Para os postos de trabalho com cobertura parcial o pagamento será efetuado com base na metodologia pro rata, conforme a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- a) considera-se, para apuração do valor diário trabalhado, a quantidade exata de dias do mês (se 31 ou 30);
- b) a quantidade de dias trabalhados corresponde aos dias de efetiva prestação, contados do primeiro ao último dia de cada mês;
- c) a fim de evitar distorções no pagamento do contrato ao longo de toda a vigência, para efeito do cálculo, o mês de fevereiro deverá ser contado com 28 (vinte e oito) dias, mesmo em anos bissextos;
- d) a memória de cálculo para o pagamento pro rata é a seguinte:

$$VP = DT/DM$$

Onde:

VP = Valor pro rata posto

DT = Dias de efetiva prestação dos serviços dentro do mês;

DM = Número total de dias do mês (28, 30 ou 31)

CLÁUSULA **NONA** – DO VALOR DO CONTRATO

9.1 O valor total contratado fica estimado em R\$ 00,00 (extenso), referente aos lotes XXXX do Edital (se houver), conforme especificado no Anexo ____ - Planilha de Preços (id. XXXX).

9.2 Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irredutíveis.

9.3 O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei n. 14.133/2021, arts. 125 e 126.

CLÁUSULA **DÉCIMA** – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes desta contratação, no corrente exercício, correrão à conta dos recursos consignados, inclusive os suplementados, ao Conselho da Justiça Federal, no Orçamento Geral da União, no Programa de Trabalho Resumido - PTRES: 168312, Natureza da Despesa - ND: 33.90.37.05, 33.90.37.02, 33.90.37.01, 33.90.30.22, 33.90.30.21, 33.90.30.04, 33.90.39.46 e 33.90.39.78, Nota de Empenho: XXXX.

CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

11.1 O contrato poderá ser alterado, **por acordo entre as partes**, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.2 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.3 A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório

11.3.1 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

11.3.2 A resposta para o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será dada à CONTRATADA no prazo de **60 (sessenta) dias**, contado da protocolização.

11.4 O valor do contrato poderá ser repactuado para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, **conforme a cláusula DA REPACTUAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO

12.1 O preço do contrato será repactuado para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

- a) à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
- b) ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

12.2 A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

12.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

12.4 A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

12.5 A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item anterior e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da CONTRATADA e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado à CONTRATADA receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

12.6 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

12.7 A repactuação, em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

12.8 Disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, não se vinculam o CONTRATANTE.

12.9 As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

12.10 A CONTRATADA deverá solicitar a repactuação a partir da homologação do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, até a data da prorrogação contratual subsequente, ou até a data do encerramento do contrato, caso não haja prorrogação.

12.10.1 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão desse direito.

12.11 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

12.12 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no **prazo preferencialmente de 60 (sessenta) dias**, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

12.13 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere a **alínea “b” do item 12.1**, poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

12.14 Na hipótese de iminente prorrogação do contrato, não havendo concessão do pedido até a assinatura do termo aditivo respectivo, a CONTRATADA deverá deixar consignado o seu direito expressamente nesse instrumento.

12.15 O prazo referido **subitem anterior** ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

12.16 O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

12.17 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras

12.18 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

12.19 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos.

12.20 A CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o **art. 90 da Lei n. 14.133/2021**.

12.21 As repactuações poderão ser formalizadas por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

12.22 Em decorrência da variação anual do Fator Acidentário de Prevenção - FAP (Decreto n. 6.957/2009), a CONTRATADA deverá apresentar, com o pedido de repactuação a documentação comprobatória acerca da alteração/manutenção da alíquota do FAP.

12.23 O valor do aviso prévio trabalhado, referente ao término de vigência do contrato, corresponderá a sete dias não trabalhados, o que será representado pelo percentual de 23,33% (7/30 x 100), para o período de 12 (doze) meses, ou seja 1,94% ao mês, a ser aplicado sobre a



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

remuneração do profissional alocado no respectivo posto de trabalho, observada a legislação trabalhista, bem como a Lei n. 12.506, de 11 de outubro de 2010.

12.24 Após os primeiros 12 (doze) meses, no caso de renovação do ajuste, o percentual de 1,94% passará para o percentual de 0,194%, nos termos do Acórdão n. 1186/2017 TCU Plenário.

12.25 A rubrica férias, quando prevista na planilha de formação de preço, tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses, tornando-se custo não renovável após o referido período. Assim, o percentual de 8,33% será suprimido, quando previsto, na prorrogação contratual.

12.26 Em interpretação teleológica, nos contratos com contratação plurianual, após os primeiros 12 (doze) meses o percentual de 8,33% relativo a férias será suprimido, quando previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1 Após o interregno de um ano, contado da data do valor estimado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes, tendo como referência o limite máximo a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, calculado e divulgado pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE**.

13.2 No primeiro reajuste, as partes observarão para que o percentual a ser aplicado não seja superior à variação acumulada, no período compreendido entre o mês do orçamento estimado, que foi realizado em **fevereiro de 2026**, e aquela em que se verificar o mês anterior ao aniversário deste orçamento.

13.3 Os reajustes seguintes serão calculados considerando-se a variação acumulada dos 12 (doze) últimos meses anteriores ao aniversário do orçamento.

13.4 Caso o índice estabelecido para delimitar o reajustamento dos preços seja extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição seja adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.4.1 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice para delimitar o reajustamento dos preços.

13.5 Incumbe à CONTRATADA a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CONTRATANTE, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VERBAS TRABALHISTAS

14.1 Os encargos sociais e/ou trabalhistas serão contingenciados pelos percentuais **constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços (id. XXXX)**, incidentes sobre a remuneração mensal dos profissionais alocados nas dependências do CONTRATANTE para execução do contrato, nos termos da Resolução CNJ nº 651/2025 e suas alterações.

14.2 As parcelas correspondentes a férias e 13º salário serão liberadas ao longo da execução do contrato na medida em que os eventos ocorrerem.

14.3 A CONTRATADA deverá providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação da conta - depósito vinculada - bloqueada para movimentação, em até 20 (vinte) dias, a contar da notificação do CONTRATADA.

14.4 Eventuais despesas com abertura e manutenção da conta-depósito vinculada deverão ser suportadas pela CONTRATADA e integrarão os custos com taxa de administração, constante da proposta comercial da CONTRATADA.

14.5 Sempre que necessário, o gestor do contrato poderá requerer à CONTRATADA a apresentação dos documentos comprobatórios da remuneração dos profissionais alocados na execução deste contrato, bem como daqueles necessários à apuração do RAT ajustado.

14.6 O valor das rubricas indicadas no item **14.1 desta cláusula**, será destacado do valor mensal do contrato e depositado em conta - depósito vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome da CONTRATADA, em banco público oficial, e deixarão de compor o valor mensal a ser pago à CONTRATADA.

14.6.1 Os valores provisionados serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta comercial da CONTRATADA.

14.7 Os valores provisionados só poderão ser movimentados mediante autorização do CONTRATANTE e exclusivamente para o pagamento das rubricas vinculadas.

14.7.1 A liberação deverá obedecer ao disposto na **Resolução CNJ nº 651/2025**, no que se refere aos procedimentos e documentos necessários à autorização de liberação.

14.8 Os saldos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no Acordo de Cooperação Técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

14.9 O saldo remanescente da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação será liberado à CONTRATADA no encerramento do contrato, após a quitação de todas as verbas trabalhistas dos empregados.

14.10 A fim de cumprir o disposto no artigo 147 do Decreto-lei n. 5.452/1943 – Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (férias proporcionais), bem como o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto n. 57.155/1965 (13º proporcional), o CONTRATANTE deverá reter



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

integralmente a parcela relativa a estes encargos quando a prestação de serviços for igual ou superior a 15 (quinze) dias.

14.11 Deverão ser precedidos, para o início das atividades de prestação de serviços, os seguintes atos:

a) O CONTRATANTE deverá oficiar o banco público oficial solicitando a abertura de conta- vinculada em nome da CONTRATADA, conforme modelo constante no termo de cooperação. Após a abertura da referida conta, o banco público oficiar deverá comunicar ao CONTRATANTE a efetivação da abertura;

b) Em seguida, a CONTRATADA deverá, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, assinar os documentos necessários à abertura da conta vinculada, bem como firmar termo que autorize o Conselho a acessar os saldos e extratos da conta vinculada, e condicione a movimentação dos valores depositados à sua autorização expressa.

b.1) O prazo para assinatura dos documentos poderá ser prorrogado pelo Conselho, mediante justificativa formal apresentada pela empresa CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

15.1 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

15.1.1 Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

15.2 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1 Em caso de descumprimento às regras deste contrato, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) multa moratória, conforme a seguir:

b.1) Dos serviços de disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva:



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

b.1.1) Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a pontuação das infrações estabelecida nas Tabelas 1 e 2.

b.1.2) O somatório anual das multas previstas nos itens abaixo não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor anual do contrato referente aos serviços de disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, podendo ensejar rescisão contratual:

TABELA 1		
Grau*	Porcentagem	Base
1	0,50	Valor Mensal do Contrato, referente à disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva.
2	1,00	
3	2,00	
4	3,00	
5	4,00	

**O grau se relaciona apenas à graduação da porcentagem. Não se relaciona com o nível de severidade da falta.*

TABELA 2				
Item	Descrição	Grau	Incidência	Limitador
1	Permitir a presença de profissional alocado no posto de trabalho não uniformizado ou incompleto, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado, sem identificação funcional, ou que se conduza de modo inconveniente.	2	Por Ocorrência	20
2	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários.	2	Por Ocorrência	20
3	Não registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade dos profissionais.	2	Por Ocorrência	20
4	Não substituir o profissional efetivo, conforme previsão constante deste Termo de Referência.	3	Por dia	10
5	Atrasar o pagamento de salários, férias, auxílio-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios previstos na planilha de formação de custos e/ou convenções coletivas dos profissionais alocados no CJF nas datas avençadas.	4	Por Ocorrência	5
6	Atrasar e/ou deixar de pagar quaisquer acréscimos de salários, férias, auxílio-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios decorrentes de lei, convenções ou contrato, no prazo legal previsto.	4	Por Ocorrência	5
7	Deixar de recolher FGTS e/ou a contribuição previdenciária (INSS) no prazo legal.	4	Por Ocorrência	5
8	Deixar de comprovar pagamento de salários, férias, auxílio-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios previstos na planilha de formação de custos e/ou convenções coletivas dos profissionais alocados no CJF, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE.	2	Por Ocorrência	10
9	Deixar de comprovar o pagamento do 13º salário dos seus profissionais prestadores de serviço, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE.	2	Por Ocorrência	10
10	Atrasar injustificadamente o atendimento dos prazos estabelecidos pelo CONTRATANTE para apresentação de documentos.	2	Por Ocorrência	20
11	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.	3	Por Ocorrência	10
12	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do gestor/fiscalização.	3	Por Ocorrência	10



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

13	Deixar de efetuar, quando solicitado, a reposição de funcionários faltosos no prazo máximo de 02 (duas) horas	2	Por Ocorrência	20
14	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do CONTRATANTE	5	Por Ocorrência	5
15	Suspensão ou interrupção completa ou parcial dos serviços contratados, salvo motivo justificado e plausível	5	Por dia	5
16	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	2	Por Ocorrência	20
17	Atraso na entrega dos uniformes aos funcionários, conforme dispositivos do Termo de Referência.	2	Por Dia	20
18	Atraso na entrega dos equipamentos, conforme dispositivos do Termo de Referência	2	Por Dia	10
19	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	2	Por Ocorrência	20
20	Não apresentar o preposto no prazo estipulado no Termo de Referência.	1	Por Dia	20
21	Deixar de cumprir, no mínimo, a rotina de serviços prevista.	3	Por Ocorrência	10
22	Descumprimento de quaisquer outras obrigações assumidas e não previstas nos itens anteriores.	1	Por ocorrência/por dia/por hora	10%

b.1.3) o atraso no início da execução dos serviços a partir da vigência do contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 1,00% (um por cento) sobre o valor anual do contrato, até o limite de 05 dias corridos.

b.1.4) a não apresentação da garantia contratual no prazo previsto em contrato sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 1,00% (um por cento) sobre o valor da garantia, até o limite de 30 dias corridos.

b.1.5) o descumprimento dos prazos previstos para abertura da conta vinculada sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 0,75% (setenta e cinco décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 30 dias corridos.

b.2) Do fornecimento de materiais de limpeza e higienização, copa e cozinha:

b.2.1) O atraso injustificado na entrega do objeto, sujeitará a contratada à multa de mora de 1,0% por dia, sobre a Ordem de Fornecimento, limitada a 10 dias.

b.2.2) O atraso injustificado na substituição de item rejeitado, sujeitará a contratada à multa de mora de 1,0% por dia, sobre a Ordem de Fornecimento, limitada a 10 dias.

b.2.3) O descumprimento de quaisquer outras obrigações assumidas no contrato referente ao fornecimento de produtos de materiais de limpeza, copa e cozinha, por dia de atraso/ocorrência, sujeitará a contratada a multa de 0,05%, sobre valor anual estimado de fornecimento de materiais de limpeza ou de fornecimento de copa e cozinha previsto no contrato, limitado a 15 dias/ocorrências.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

b.3) Dos serviços de combate a vetores e pragas:

b.3.1) o atraso injustificado para iniciar a prestação de serviço de combate a vetores e pragas, sujeitará a contratada à multa de mora de 2,0% por dia, sobre a Ordem de Serviço, limitada a 10 dias.

b.3.2) o atraso injustificado para concluir a prestação de serviço de combate a vetores e pragas, sujeitará a contratada à multa de mora de 2,0% por dia, sobre a Ordem de Serviço, limitada a 10 dias.

b.3.3) o atraso injustificado na reparação dos serviços rejeitados, sujeitará a contratada à multa de mora de 2,0% por dia, sobre a Ordem de Serviço, limitada a 10 dias.

b.3.4) o descumprimento de quaisquer outras obrigações assumidas no contrato referente à prestação de serviços de combate a vetores e pragas, por dia de atraso/ocorrência, sujeitará a contratada a multa de 0,30%, sobre valor anual estimado do serviço previsto no contrato, limitado a 15 dias/ocorrências.

b.4) Dos serviços de lavanderia:

b.4.1) Atraso injustificado na retirada dos materiais, sujeitará a contratada à multa de mora de 2,0% por dia, sobre a Ordem de Serviço, limitada a 10 dias.

b.4.2) Atraso injustificado na entrega dos materiais, sujeitará a contratada à multa de mora de 2,0% por dia, sobre a Ordem de Serviço, limitada a 10 dias.

b.4.3) Atraso injustificado na reparação de serviço rejeitado, sujeitará a contratada à multa de mora de 2,0% por dia, sobre a Ordem de Serviço, limitada a 10 dias.

b.4.4) Descumprimento de quaisquer outras obrigações assumidas no contrato referente à prestação de serviços de lavanderia, por dia de atraso/ocorrência, sujeitará a contratada a multa de 0,10%, sobre valor anual estimado do serviço previsto no contrato, limitado a 15 dias/ocorrências.

b.5) Do fornecimento de gás:

b.5.1) o atraso injustificado na entrega do objeto, sujeitará a contratada à multa de mora de 2,0% por dia, sobre a Ordem de Fornecimento, limitada a 10 dias.

b.5.2) o atraso injustificado na substituição de item rejeitado, sujeitará a contratada à multa de mora de 2,0% por dia, sobre a Ordem de Fornecimento, limitada a 10 dias.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

b.5.3) o descumprimento de quaisquer outras obrigações assumidas no contrato referente ao fornecimento de gás, por dia de atraso/ocorrência, sujeitará a contratada a multa de 0,10%, sobre valor anual estimado de fornecimento previsto no contrato, limitado a 15 dias/ocorrências.

b.6) Do fornecimento/locação de equipamento para prestação de serviço de limpeza:

b.6.1) o atraso injustificado na entrega do equipamento, sujeitará a contratada à multa de mora de 1,0% por dia, sobre o valor mensal estimado, limitada a 10 dias.

b.6.2) o atraso injustificado na substituição de item, sujeitará a contratada à multa de mora de 1,0% por dia, sobre o valor mensal estimado, limitada a 10 dias.

b.6.3) o descumprimento de quaisquer outras obrigações assumidas no contrato referente à locação de equipamentos, por dia de atraso/ocorrência, sujeitará a contratada a multa de 0,50%, sobre valor mensal estimado de locação de equipamento previsto no contrato, limitado a 15 dias/ocorrências.

c) multa compensatória, respeitado o limite mínimo de 0,5% do valor total do contrato, conforme previsto no art. 156, § 3º, da Lei 14.133/2021, de:

c.1) 10% (dez por cento) sobre o saldo remanescente do contrato pela inexecução parcial do contrato;

c.2) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela inexecução total do contrato, quando a CONTRATADA deixar de iniciar os serviços, objeto da contratação, após transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias corridos (alínea b.1.3), contados da data de vigência do contrato.

c.3) Quando ocorrer glosa referente ao resultado do Instrumento de Medição de Resultado – IMR abaixo de 70% por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses intercalados dentro de um período de 12 (doze) meses contados a partir da primeira ocorrência, sujeitará a CONTRATADA multa de 5% sobre o valor anual do contrato referente aos serviços de disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, por ocorrência, limitada a 3 (três) ocorrências durante a vigência do Contrato. Após o limite de 3 (três) ocorrências, durante a vigência do Contrato, será aplicada a multa prevista no item “c.1” desta cláusula.

d) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

d.1) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 04 (quatro) meses;

d.2) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 12 (doze) meses;

d.3) dar causa à inexecução total do contrato:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

e.1) apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a execução do contrato:

Pena: declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

e.2) praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena: declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

e.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena: declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

e.4) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena: declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

16.2 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

16.3 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

16.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.4.1 O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro por meio Guia de Recolhimento da União – GRU, nos termos do §8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

16.4.2 O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

16.5 É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no art. 163 da Lei 14.133/2021.

16.6 A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

16.7 As penalidades aplicadas serão cadastradas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da aplicação, na Transparência do CJF (<https://www.cjf.jus.br/cjf/transparencia-publica-1>), no SICAF Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

16.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.8.1 Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

16.9 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

16.10 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o CONTRATANTE, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.11 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

16.12 A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

16.13 As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

16.14 A não manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA ao longo da execução do contrato, poderá ensejar rescisão contratual unilateral pelo CONTRATANTE, após regular procedimento administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, e ainda a aplicação de multa de **10% (dez por cento)** sobre o **saldo remanescente do contrato**, respeitado o limite mínimo de 0,5% do valor total do contrato, conforme previsto no art. 156, § 3º, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA

17.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021 em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **anual do contrato**.

17.1.1 Caso a CONTRATADA adote qualquer das modalidades de garantia previstas nos incisos I, III e IV do §1º do art. 96 da Lei n. 14.133/2021, esta deverá ser apresentada no



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de recebimento do termo contratual assinado pelo CONTRATANTE.

17.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por **3 (três) meses** após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

17.2.1 Optando a CONTRATADA pela constituição de seguro-garantia, prevista no inciso II do §1º do art. 96 da Lei n. 14.133/2021, deverá apresentar a cautela, no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei 14.133/2021.

17.2.2 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

17.2.3 A apólice deverá ser expedida exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Devendo ser apresentado o número de registro da apólice ou endosso na SUSEP.

17.2.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto art. 96, § 2º, da Lei 14.133/2021.

17.3 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

17.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

17.5 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a)** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b)** prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c)** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- d)** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

e) verbas rescisórias inadimplidas, quando couber, nos termos do inciso I, §3º do art. 121, da Lei 14.133/2021.

17.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, conforme disposto no Decreto-Lei 1.737, de 20 de dezembro de 1979.

17.8 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

17.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil conforme facultado pelo inciso I do artigo 828 do mesmo diploma legal, e ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nos artigos 128, 129 e 130 da Lei 6.015/73. Além disso, a pessoa fiadora deverá ser domiciliada ou possuir agência no Distrito Federal e demonstrar possuir bens suficientes à garantia integral da fiança prestada, conforme art. 825 da Lei 10.406/2002

17.10 Aditado o contrato ou alterado o seu valor, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes deste Contrato, em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de recebimento do termo contratual assinado pelo CONTRATANTE.

17.11 A garantia apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas previstos será devolvida à CONTRATADA, que disporá do prazo adicional improrrogável de 10 (dez) dias corridos para a regularização da pendência, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

17.12 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **1 (um) mês**, contados da data em que for notificada.

17.13 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.14 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo máximo de **90 (noventa) dias** após o término de vigência do contrato.

17.15 Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia,



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

17.16 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

17.17 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO

18.1 Este contrato poderá ser extinto a juízo do CONTRATANTE, com base nos arts. 106, inciso III e 137 a 139, da Lei 14.133/2021, especialmente quando entender que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1 Em conformidade com o disposto na Lei n. 14.133/2021, art. 94, o contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da sua assinatura.

19.2 O contrato também será publicado, na íntegra, e respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, na Transparência Pública do CJF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

20.1 A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar a este órgão em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas socioambientais ligadas à comercialização dos produtos e à execução dos serviços objetos do presente Contrato.

20.2 Todos os itens elencados neste Contrato e no Termo de Referência, no tocante a constituição e certificação, deverão estar conforme o art. 5º, incisos I e IV da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

20.3 A CONTRATADA deverá fornecer, para os itens a que se aplicar, certificado de regularidade dos fabricantes no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, conforme descrito na Instrução Normativa IBAMA nº. 13, de 23 de agosto de 2021.

20.4 Todos os produtos saneantes domissanitários do Termo de Referência, destinados à limpeza em geral, devem atender às especificações técnicas pertinentes do ponto de vista



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

sanitário, de requisitos de rotulagem e de registro dos produtos descritos na Resolução ANVISA RDC n. 694, de 13 de maio de 2022; na Resolução ANVISA RDC n 59, 17 de dezembro de 2010; na Resolução RDC n 774, de 15 de fevereiro de 2023; na Resolução RDC n 47, de 25 de outubro de 2013; na Instrução Normativa ANVISA n.243, de 09 de agosto de 2023; na Instrução Normativa ANVISA n. 153, de 13 de maio de 2022.

20.5 O item “água sanitária” deve atender às especificações técnicas pertinentes da Resolução ANVISA RDC n.813, de 01 de setembro de 2023.

20.6 Os itens “álcool etílico hidratado” e “álcool gel” para mãos devem atender às especificações técnicas pertinentes da Resolução ANVISA RDC n. 691, de 13 de maio de 2022.

20.7 O item “detergente de limpeza hospitalar” deve atender às especificações técnicas pertinentes da Resolução RDC ANVISA n 703, de 16 de maio de 2022.

20.8 O item “café” deve atender às especificações técnicas pertinentes da Resolução RDC ANVISA 716, de 1º de julho de 2022.

20.9 Os itens “açúcar cristalizado” e “açúcar refinado”, devem atender às especificações técnicas pertinentes da Resolução RDC ANVISA 723, de 1º de julho de 2022, e alterações.

20.10 Só será admitida a oferta de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA n° 359, de 29 de abril de 2005, e legislação correlata.

20.11 A comprovação do disposto nos itens anteriores deste Contrato, quando solicitada pelo CONTRATANTE, poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste, que o bem fornecido cumpre com as exigências do termo de referência, conforme art. 42 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

20.12 Todos os bens descritos no Termo de Referência devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, conforme o art. 5º, inciso III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

20.13 A CONTRATADA, durante a execução do contrato, para todos os serviços elencados neste Contrato, deverá fornecer, nos três primeiros meses de execução contratual, programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, conforme pelo art. 6º, inciso V, da IN STLI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010 e o art. 1º, inciso II, da IN SEGES/MPDG 05, de 26 de maio de 2017, e atualizações.

20.14 A CONTRATADA, durante a execução do contrato, deverá fornecer aos empregados, para todos os postos descritos no Termo de Referência, os equipamentos de segurança que se



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

fizerem necessários para a execução de serviços, conforme NR 6 do Ministério do Trabalho e Emprego, e alterações, e art. 6º da IN MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

20.15 A CONTRATADA, durante a execução do contrato, para as funções de técnico em secretariado, deverá desenvolver a competência de comunicação em LIBRAS a fim de cumprir o disposto no art. 4º, inciso IV e no art. 8º da Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021.

20.16 A CONTRATADA, durante a execução do contrato, deve comprovar periodicamente o cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 de Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 e no art. 10 da Resolução CNJ 401, de 16 de junho de 2021.

20.17 A CONTRATADA, durante a execução do contrato, deverá integrar a Política de Prevenção e enfrentamento do Assédio moral, do Assédio Sexual e da Discriminação do Poder Judiciário, por meio de ações preventivas e formativas, conforme disposto no art. 19 da Resolução CNJ 351, de 28 de outubro de 2020.

20.18 A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de constituição, qualidade e resistência dos elementos elencados neste Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Seção Judiciária do Distrito Federal, conforme art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/2021, quando não puderem ser compostos por meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, desde que haja viabilidade e interesse da administração.

21.1.1 A composição de que trata o item 21.1 somente poderá ser aplicada em caso de controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS ANEXOS

22.1 Integram este contrato, como anexos, o Termo de Confidencialidade e Sigilo da Contratada, as cópias do **edital de licitação (Pregão Eletrônico n. XXXX/20XX – id. XXXX)**, do Termo de Referência (id. XXXX), da proposta comercial da CONTRATADA (id. XXXX) e da **Planilha de Custos e Formação de Preços (id. XXXX)**, das quais os signatários declaram ciência.

22.1.1 No caso de conflito prevalecem as disposições constantes deste contrato.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

23.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na **Lei n. 14.133/2021**, bem como dos princípios de direito público.

23.3 O CONTRATANTE não realizará operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos nem de outros tipos de cessão decorrentes deste contrato.

23.4 A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

23.5 A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao gestor do contrato pelo e-mail: sei-sesege@cjf.jus.br.

23.5.1 Alterações nos e-mails apresentados no item anterior, serão comunicadas, por escrito, pelo gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

23.6 Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

23.6.1 O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b) o interesse público;
- c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

23.7 É dever do Conselho da Justiça Federal assegurar que, no âmbito das relações decorrentes deste contrato, sejam adotadas todas as medidas necessárias para prevenir e combater o assédio moral, sexual e qualquer forma de discriminação, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 351/2020.

23.7.1 A fiscalização do cumprimento desta cláusula caberá aos gestores e fiscais designados, que deverão adotar de medidas pertinentes, dentro de suas respectivas competências.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

SIGNATÁRIO DO CJF

SIGNATÁRIO CONTRATADA

ANEXO I

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (ID. XXX)

ANEXO II

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DA CONTRATADA

1. O CONTRATANTE, para execução do objeto contratado, terá acesso aos dados pessoais de representantes da CONTRATADA, tais como: CPF; RG; endereço eletrônico; entre outros que possam ser exigidos durante a execução, em harmonia com as regras estabelecidas na Lei n. 13.709/2018 (LGPD), em especial, às disposições contidas nos arts. 23 a 30.

2. A CONTRATADA declara que tem conhecimento das disposições constantes da LGPD e se compromete a adequar todos os seus procedimentos internos aos comandos da lei, com o intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE ou terceiros, durante a execução do contrato.

2.1. Após o término do contrato, a CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais da CONTRATANTE no âmbito e nos limites técnicos das suas atividades, sendo autorizada a conservação na forma prevista em lei, em especial:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- b) estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c) transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD; ou
- d) uso exclusivo da CONTRATADA, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

3. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente ocorrido com dados pessoais (ex: situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma inadequada de utilização) em que são acessados, sem a devida autorização, dados pessoais do CONTRATANTE ou de terceiros, durante a execução do contrato, devendo adotar as providências cabíveis, em especial, ao disposto no art. 48 da LGPD.

4. Das Obrigações Comuns das Partes:

- a) é vedada às partes a utilização, bem como do repasse a terceiros, a qualquer título, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para a



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

finalidade distinta da prevista no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, ressalvada a hipótese de repasse para abranger obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;

b) as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (LGPD);

c) As partes responderão administrativa e judicialmente pelos danos (patrimonial, moral, individual ou coletivo) causados aos titulares de dados pessoais, quando esses forem repassados em desacordo com a LGPD, durante a execução contratual.

5. Das Obrigações específicas da CONTRATADA:

a) a CONTRATADA, a partir do momento em que toma conhecimento das informações sobre o ambiente computacional do CJF, aceita as regras, condições e obrigações constantes deste termo.

b) a expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

6. A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do CONTRATANTE, das informações restritas a que teve acesso.

7. A CONTRATADA se compromete a não utilizar e a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato, as informações restritas a que teve acesso.

8. A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações a que teve acesso fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas ao contrato, devendo cientificá-los da existência deste termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.

9. A CONTRATADA se obriga a informar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

10. A quebra do sigilo das informações restritas a que teve acesso, devidamente comprovada, sem autorização expressa do CONTRATANTE, incorrerá em falta grave e possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o CJF e a CONTRATADA sem qualquer ônus para o CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive os de ordem moral, bem como as responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

11. O presente termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do CONTRATANTE.

12. E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, as partes assinam o presente termo por meio de seus representantes legais.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MINUTA